

202



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO Nº 137505-9/02**

**AGRAVANTE: UDO ERICH MENGE**

**AGRAVADO: BANCO BANORTE S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. ABERTURA DE CRÉDITO FIXO EM CONTA CORRENTE. TÍTULO EXECUTIVO CARACTERIZADO. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 233 DO STJ. NÃO PROVIMENTO.**

R  
5469

O contrato de abertura de crédito fixo é título executivo, nos termos do Art. 585, II, do CPC, ainda que oriundo de débito em conta-corrente.

À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo.

**A C Ó R D ã O**

ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em, unanimemente, negar provimento ao recurso de agravo, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife,

27/10/13

Silvio Romero Beirão – Desembargador Substituto



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**  
**RECURSO DE AGRAVO Nº 137505-9/02**  
**AGRAVANTE: UDO ERICH MENGE**  
**AGRAVADO: BANCO BANORTE S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto em face de decisão terminativa desta relatoria que, com fundamento no art. 557, §1º - A do CPC, deu provimento aos recursos de apelação interpostos contra sentença que extinguiu o processo de execução de título extrajudicial e os correspondentes embargos do devedor.

A decisão ora combatida deu provimento monocrático ao recurso de apelação, considerando inviável a aplicação da Súmula 233 do STJ ao caso.

A agravante alega a impossibilidade de julgamento monocrático pela relatoria, bem como a aplicabilidade da Súmula supracitada, razão pela qual, pede o provimento do agravo.

É o relatório.

Recife,

  
Silvio Romero Beltrão.  
Desembargador Relator



204

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**  
**RECURSO DE AGRAVO Nº 137505-9/02**  
**AGRAVANTE: UDO ERICH MENGE**  
**AGRAVADO: BANCO BANORTE S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**VOTO**

A alegação de impossibilidade de julgamento monocrático pela relatoria deve ser rechaçada, já que pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento em que se fundamentou a decisão combatida.

Por outro lado, o mesmo tribunal firmou o entendimento de que a eventual nulidade de decisão monocrática da relatoria, por ausência dos pressupostos, fica suprida com a ratificação pelo órgão colegiado competente.

A sentença questionada considerou que o contrato celebrado entre os litigantes representa ajuste de abertura de crédito em conta-corrente, o que o levou a aplicar a Súmula 233 do Superior Tribunal de Justiça, de seguinte teor:

Súmula 233: O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato de conta corrente, não é título executivo.

Na decisão combatida pelo presente recurso de agravo, restou consignado que o entendimento esposado pela referida súmula refere-se aos casos de crédito rotativo, nos quais o valor emprestado não é pré-determinado, inviabilizando a constituição de título executivo.

No caso em apreço, a executada assumiu obrigação de pagar quantia certa em data previamente fixada, não havendo razão para impedir a sua cobrança através da via executiva. Em outros termos, no caso em tela o contrato não é de abertura de crédito rotativo em conta corrente, mas de crédito fixo, de maneira que, não se pode desconstituir o título com base no entendimento exposto na Súmula 233 do STJ.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Nesse esteira, é firme o posicionamento da referida Corte, que no julgamento do AgRg no REsp 623809/MT, expôs que o contrato de abertura de crédito fixo, é título executivo, nos termos do Art. 585, II, do CPC, ainda que oriundo de débito em conta-corrente (no mesmo sentido v. AgRg no Ag 691219/RJ e AgRg no Ag 750014/SP).

Por essas razões, voto pelo não provimento deste recurso de agravo.

  
Silvio Romero Beltrão - Desembargador Substituto